



Vol. 17, nº 2 (2019)

**ORGULHO E PRECONCEITO: UMA ABORDAGEM SOBRE O
CASAMENTO COMO CERCEAMENTO À MULHER DO SÉCULO XVIII**

**ORGULHO E PRECONCEITO: AN APPROACH TO THE RESTRICTION OF
THE MARRIAGE OF THE WOMEN OF THE XVIII CENTURY**

Sandra Maria Gonçalves da Silva¹

Recebimento do texto: 22/10/2019

Data de aceite: 19/11/2019

RESUMO: A mulher ocidental do século XVIII, apesar de cerceada por uma sociedade hegemônica masculina, começa a dar os seus primeiros passos para uma condição libertária. As personagens femininas, na literatura desse período, sinalizam para uma inadequação da mulher com relação ao mundo, geralmente demonstram insatisfação às regras impostas a elas pela sociedade em que estão inseridas. É sob esse viés que faremos um estudo sobre as personagens femininas protagonistas na obra *Orgulho e Preconceito* (2011), de Jane Austen. Observaremos as várias perspectivas dessas personagens com relação ao casamento e à sociedade que as cerca, como se dão os embates dessas vozes e quais personagens subvertem o que está instituído pela ordem do patriarcado.

PALAVRAS-CHAVE: *Orgulho e Preconceito*; Sociedade; Casamento; Personagem; Mulher.

ABSTRACT: The 18th century western woman, despite being surrounded by a male hegemonic society, begins to take its first steps towards a libertarian condition. The female characters, in the literature of that period, signal the woman's inadequacy in relation to the world, generally showing dissatisfaction with the rules imposed on them by the society in which they are inserted. It is under this bias that we will make a study about the female characters protagonists in the work *Orgulho e Preconceito* (2011), by Jane Austen. We will observe the various perspectives of these characters in relation to marriage and the society that surrounds them, how these voices clash and which characters subvert what is instituted by the patriarchy order.

KEYWORDS: *Orgulho e Preconceito*; Society; Marriage; Character; Woman.

¹ Doutoranda em Estudos Literários, UNEMAT (Universidade do Estado do Mato Grosso), *Campus Tangará da Serra*, E-mail: pnanag1@hotmail.com.



Romance ambientado na zona rural da Inglaterra, escrito por uma mulher no fim, do século XVIII - algo raro na época - *Orgulho e Preconceito* (2011) levanta questões que subvertem os padrões instituídos nessa sociedade. Nos deteremos apenas em uma: o casamento como única alternativa de um futuro de posses e reconhecimento social para a mulher.

O início da narrativa se dá com uma máxima que se acomoda com muita tranquilidade ao contexto desse período: “É uma verdade universalmente reconhecida que um homem solteiro e muito rico precisa de uma esposa” (AUSTEN, 2013, p. 9). Todavia, ainda no primeiro capítulo do primeiro volume, a personagem senhor Bennet, pai de cinco filhas, dá indícios de contestar essa máxima quando demonstra para a esposa que não tem interesse em visitar o novo morador de amplas posses da vila, o senhor Bingley. Embora, em seguida, o narrador nos revele que “desde o início ele tencionava fazê-lo” (p. 107). Transgredir as normas vigentes é quase impossível, em especial, quando se tem cinco filhas que dependem dessa socialização para arriscarem o seu futuro econômico, como veremos a seguir.

Já a sua esposa, a senhora Bennet, deixa expressa a pretensão de ser uma das primeiras famílias apresentadas ao milionário, assim dará possibilidade a uma das filhas de ter um casamento almejado por qualquer jovem da comunidade. A mãe Bennet, configuração da mulher que se adéqua ao que está estabelecido pela sociedade de ideologia tipicamente masculina, torna suas filhas objetos de vitrine para serem escolhidas, o mais breve possível, pelos homens da alta classe. Ela é a voz que impera em grande parte da narrativa, gerencia a vida das cinco personagens e busca incansavelmente colocá-las em uma condição em que possam ter um futuro cômodo.

Ao avançar a narrativa, percebemos que a obsessão da mãe em casar as filhas se dá porque, de acordo com a morgadia, lei que impede a passagem da



herança para as mulheres, as filhas do casal Bennet não seriam beneficiadas com a herança do pai após a morte deste. A mãe Bennet ilustra, pelas suas ações, a opressão vivenciada pela mulher numa sociedade patriarcal. Sua única preocupação é garantir que as filhas fiquem bem estabelecidas economicamente por meio de um bom casamento. Isso fica claro, já no terceiro capítulo do primeiro volume do romance, quando ela afirma: “– Se eu puder ver uma das minhas filhas casada e feliz morando em Netherfield [...] e todas as outras igualmente bem casadas, não quero mais nada da vida” (AUSTEN, 2011, p. 110). O fascínio da mãe por um marido de posses para as filhas evidencia que o matrimônio se dá na esfera dos negócios, a contabilidade sobreleva-se a quaisquer sentimentos ou emoções. Tanto as personagens como o narrador nos dão constantemente informações sobre os bens da família Bennet, como a sugerir uma justificativa para o comportamento da mãe. A felicidade para a senhora Bennet limita-se a bens. Não importa se as filhas serão felizes com o companheiro, pois os bens materiais estão acima de qualquer empecilho para a felicidade.

As filhas mais novas, Catherine e Lydia, estão em consonância com o desejo da mãe. Elas são apresentadas, na perspectiva do narrador, como seres “com mentes mais vazias do que a das irmãs [...]” (AUSTEN, 2011, p. 133). Essa assertiva é confirmada também na pelo pai Bennet que em conversa com a esposa afirma: “[...] devem ser as meninas mais bobas do país [...]” (p. 35). Enquanto que a mãe é descrita pelo narrador como “uma mulher de pouca percepção, escassa instrução e dona de duvidoso temperamento. Quando contrariada, queixava-se dos nervos. O objetivo era casar as filhas; seu passatempo eram as visitas e as novidades” (p. 106). Essas personagens esboçam o aspecto de uma sociedade que torna as mulheres seres improdutivos para o espaço econômico, limitando-as a terem como foco o casamento. Nada é mais importante que isso. Tanto é assim que as duas filhas mais novas têm como lazer uns passeios para a casa da tia que mora próximo à sua vila, sendo que estes se tornam frequentes por causa da “recente chegada de um regimento



de milícia à região” (AUSTEN, 2011, p. 133). As ações das filhas mais novas aliadas à obsessão da mãe pelo casamento e os comentários do narrador dá à narrativa um tom cômico tanto quanto irônico, já que com um humor refinado a autora faz críticas às várias situações que ocorriam na Inglaterra do seu tempo.

O romance *Orgulho e Preconceito* traz ainda uma outra realidade que talvez seja mais drástica para as mulheres da pequena burguesia quando não têm um filho homem, o fato de terem posses, mas não poderem desfrutar da herança. Logo, por serem mulheres, estão condenadas a dispensar toda a juventude na busca de um casamento para não ficarem desamparadas no futuro.

É preciso considerar que a posição social da mulher na época, perante a lei, impedia-lhe qualquer passo para conquistar a independência econômica e, praticamente, obrigava-lhe a se submeter a um casamento para garantir uma condição menos penosa economicamente. De acordo com Ian Watt (1990), o século XVIII embora fosse de uma confusa e lenta transição, a condição da mulher ainda era de total submissão ao marido. Além disso,

era muito difícil arranjar marido sem dispor de dote. Há muitos indícios de que no século XVIII o casamento se tornou uma questão bem mais comercial do que antes. Os jornais publicavam anúncios de casamento, com ofertas ou exigência de determinado dote ou doação; e as moças se uniam a parceiros totalmente inadequados só por causa das vantagens econômicas [...] (WATT, 1990, p. 126).

O privilégio econômico em que se encontram os homens, desse período, condicionam o seu olhar sobre a mulher nesta perspectiva: o ser feminino é um objeto que será adquirido como o foi a terra que ele herdou, e, como tal, tem de ter o que oferecer nesta relação de troca. Para isso, mulheres lançam-se ardorosamente à conquista de um homem. Dedicam-se aos trabalhos que as tornarão aptas para um bom casamento. É possível identificar essa assertiva em um diálogo entre Bingley e



seu amigo Darcy. Ambos discutem sobre o que vem a ser uma mulher prendada. Darcy afirma que “o adjetivo é aplicado a muitas mulheres que o merecem apenas por tricotar e bordar” (AUSTEN, 2011, p. 144). Ele não concorda nem um pouco que esse adjetivo seja aplicado às moças em geral. Afirma ainda “não arrisco dizer que conheça mais do que meia dúzia, entre todas as minhas conhecidas, que sejam talentosas” (AUSTEN, 2011, p. 144). Na concepção da personagem, a mulher para ser talentosa tem que beirar à perfeição, inclusive ela “deve acrescentar algo mais substancial, o aperfeiçoamento de suas qualidades intelectuais por meio de muitas leituras” (AUSTEN, 2011, p. 144). Tudo corrobora para consolidar a subalternidade da mulher, pois a estrutura social as condena a reduzir a sua existência apenas a esse objetivo.

Reiteramos nossas reflexões com o que diz Simone de Beauvoir sobre a relação de subordinação da mulher em algumas culturas: “Ele orgulha-se de sua mulher como de sua casa, suas terras, seus rebanhos suas riquezas, e por vezes mais ainda; ela é a sua medida e a sua parte” (2009, p. 251). As mulheres são encerradas em situações em que sua única saída é ser condescendente com o que está posto, não se contesta, apenas se cumpre as ordens vigentes. Perseguindo essa lógica, os pais educam as filhas para o casamento, toda instrução que estas recebem estão voltadas para agradar ao futuro marido. Não há a intenção de que elas adquiram conhecimento para a satisfação e/ou desenvolvimento pessoal, pois isso poderá desagradar um pretendente que tem a pretensão de tomar como esposa uma mulher que aceita com passividade as regras impostas.

Ao serem dadas em casamento, elas devem cumprir o seu papel de esposa: dedicarem-se ao lar e aos cuidados do marido. O encargo que a sociedade lhes impõe encerram-nas numa situação de total submissão ao homem, pois tornam-se suas serviçais ou governantas. Ele também tem um papel social a cumprir: garantir-lhes os melhores meios de sobrevivência e a proteção. No entanto, muitos, desejosos da



liberdade que sempre tiveram, levam uma vida de solteiro delegando à mulher todas as responsabilidades do lar. Ainda assim elas anseiam por um homem. Afinal “o privilégio econômico detido pelos homens, seu valor social, o prestígio do casamento, a utilidade de um apoio masculino, tudo impele as mulheres a desejarem ardorosamente agradar aos homens” (BEAUVOIR, 2009, p. 203).

A subalternidade feminina engendrada no romance dá uma dimensão do quão desprezível torna-se a condição da mulher nesses espaços repressores. Isso é consolidado na voz de grande parte das personagens femininas. Quando Willians Collins, primo em segundo grau do senhor Bennet e herdeiro legítimo dos seus bens, pede Charlotte em casamento, ela aceita mesmo sabendo, por meio da amiga Elizabeth, das esquisitices de Collins. Charlotte demonstra consciência de que

com certeza o senhor Collins não era sensato nem simpático; era socialmente maçante, e sua afeição por ela devia ser imaginária. Mas ainda assim seria seu marido. Sem nunca haver sonhado muito alto com esposo e matrimônio, casar-se sempre fora seu objetivo; era a única saída honrada para mulheres bem-educadas de poucos recursos e, embora a probabilidade de felicidade fosse incerta, haveria de ser a forma mais agradável de proteção contra a necessidade (AUSTEN, 2011, p. 238).

Por meio das elucubrações da personagem Charlotte, a escritora nos coloca diante do verdadeiro caráter do casamento ainda no século XVIII, revela-nos o matrimônio não como um espaço de simbiose e inter-relação entre o casal, mas como mera reprodução da vida social, uma relação de troca. Não há a autenticidade dos sentimentos, não há afeto, não há a utopia do amor romântico tão disseminado nesse século, mas o interesse econômico de ambas as partes: Charlotte pretende garantir o seu futuro econômico, enquanto que Willians Collins tem a pretensão de casar para consolidar o acordo com lady Catherine, sua protetora que lhe concede o benefício eclesiástico. Ele precisa casar-se, para “dar o exemplo de casamento na paróquia”



(AUSTEN, 2011, p. 218). O matrimônio lhe concederá assim a garantia de ser visto como um homem digno de permanecer em um cargo que o mantém economicamente estável.

Vale salientar que a decisão urgente de Charlotte – que já está passando da idade de casar – explicita a condição do ser feminino caso não encontre pretendente para desposá-la. Esse fato pode torná-la uma criatura rebaixada na sociedade, será rotulada de incapaz e incompetente por não ter conquistado um marido. Não é gratuito que o assunto da família Bennet e da maioria das personagens femininas do romance aqui em exame gire em torno do casamento. Não ser casada denota uma maldição para a denominada “solteirona” e toda sua família. O comentário do narrador nos dá acesso ao que pensa a sociedade sobre essa temática: “A família inteira, em suma, ficou compreensivelmente exultante na ocasião” (AUSTEN, p. 237), pois o casamento de Charlotte permitiria que suas irmãs em breve cumprissem também o seu destino e “os rapazes sentiram-se aliviados da apreensão de Charlotte morrer solteirona” (p. 237).

Novamente recorremos à Beauvoir que explica os mitos em torno da mulher “solteirona”:

A maldição está em sua própria carne, nessa carne que não é objeto para nenhum sujeito, que nenhum desejo tornou desejável, que desabrochou e murchou sem encontrar um lugar no mundo dos homens; afastada do seu destino, ela torna-se um objeto barroco e que inquieta como inquieta o pensamento incomunicável de um louco (BEAUVOIR, 2009, p. 227).

A filósofa assevera ainda que a mulher virgem é desejada apenas na sua mocidade; por nunca ter pertencido a nenhum homem, o desejo da conquista se apresenta como um acontecimento único e absoluto. “Um objeto domesticado pelo homem torna-se um instrumento” (BEAUVOIR, 2009, p. 226). Entretanto, a mulher que não foi dominada, aquela que escapou ao seu poder masculino é encarada como feiticeira.



Ciente de sua condição e sem saída, pois seu status legal a impede de qualquer movimento para a liberdade econômica, a personagem Charlotte durante toda a narrativa faz a enunciação do ser feminino que se acomoda ao que está posto. A sua única liberdade está em se encerrar no casamento, sendo este o seu ganha-pão e a forma de ser reconhecida como alguém na sociedade.

Embora nesse período algumas mulheres já ousassem viver por meio do seu trabalho, são poucas as que conseguem, pois, segundo Ian Watt, no século XVIII “tornava-se cada vez mais difícil conquistar a independência econômica fora do casamento. A decadência da indústria doméstica prejudicou em muito as mulheres. Havia no mercado de trabalho um grande excedente de mão-de-obra feminina [...]” (2007, p.126). Esse cenário desvaloriza por completo o trabalho da mulher, torna-o muito barato em comparação ao dos homens.

A condição feminina já fora definida desde o momento do nascimento. São poucas as mulheres que conseguem escapar desse destino. A escritora faz uma crítica implícita a essa realidade por meio do diálogo entre Elizabeth e Charlotte. Quando esta toma a decisão repentina de casar-se com Willian Collins, revela:

– [...] Eu não sou romântica, você sabe. Nunca fui. Só quero um lar confortável; e levando em conta o caráter, as relações e a posição do senhor Collins, estou convencida de que a minha chance de ser feliz com ele é muito boa, igual à da maioria das moças que se casam (AUSTEN, 2011, p. 240-241).

Os desejos que motivam a união a dois nesse período, principalmente para a mulher, ainda estão na esfera da convenção social de aliança, não há a espontaneidade das relações amorosas, mas a imposição de uma relação contratual que garanta uma condição econômica mais cômoda para a mulher.



Com o surgimento do individualismo² econômico, há um afrouxamento dos laços entre pais e filhos – diferente da família patriarcal, que era apoiada na conservação do patrimônio, havendo assim a necessidade da preservação dos laços familiares – surge então um novo sistema familiar que se tornaria padrão na maioria das sociedades modernas. Esse tipo de família a qual Ian Watt denomina “conjugal” – apropriando-se do termo usado por Durkheim – torna-se diferente das sociedades anteriores a esta. Entre essas diferenças, Watt menciona as seguintes:

através do casamento constitui-se de imediato uma nova família, com o casal separado dos pais ou até bem longe deles; não há prioridade estabelecida entre as linhas de descendência masculina e feminina no tocante a propriedade ou autoridade, pois ambas as linhagens têm relativamente pouca importância; os laços de parentesco com avós, tios, primos, etc., não são tão fortes; e, uma vez instituída, a família conjugal torna-se uma unidade autônoma do ponto de vista econômico e social (WATT, 2007, p. 123).

Apesar de terem ocorrido essas mudanças no início do século XVIII com relação à composição de família, principalmente na Inglaterra, há ainda no setor rural a tendência à união matrimonial por interesse financeiro. Não havia mais a imposição dos parceiros pelos pais, mas a posição a que foi legado o gênero feminino a coloca em condição de dependência econômica total com relação ao homem. Consideremos a esse respeito o fato de que, segundo Ian Watt, a posição legal das mulheres neste período ainda era regida de acordo com os preceitos patriarcais do direito romano, “qualquer bem que a mulher tivesse, por exemplo, tornava-se propriedade do marido, embora fosse costume este fazer-lhe uma doação da qual, porém, ela só usufruiria na

² Usamos o termo Individualismo baseadas na acepção de Ian Watt que afirma: “[Individualismo] pressupõe toda uma sociedade regida basicamente pela ideia da independência intrínseca de cada indivíduo em relação a outros indivíduos e à fidelidade aos modelos de pensamento e conduta do passado designados pelo termo ‘tradição’ [...]. A existência de tal sociedade depende evidentemente de um tipo especial de organização política e econômica e de uma ideologia adequada; de modo mais específico, depende de uma organização econômica que proporcione a seus membros um amplo leque de escolhas e de uma ideologia baseada não na tradição do passado, mas na autonomia do indivíduo, sem levar em conta status social ou capacidade pessoal” (WATT, 2007, p. 55).



viuvez” (2007, p. 125). Advém daí “a necessidade de as mulheres fazerem um bom casamento e, assim, garantirem que ‘sua condição *de facto* não fosse a mera expressão de seu aviltante status legal”” (p.125. Grifo do autor).

O romance *Orgulho e Preconceito* coloca em voga a questão do casamento ainda quando Lydia, uma das filhas mais novas do casal Bennet, foge com o Wickham, personagem que ao longo da diegese é descrita por Elizabeth como “um libertino em todos os sentidos da palavra. Que não tem integridade nem honra. Que é tão falso e trapaceiro quanto insinuante” (AUSTEN, 2011, p. 414). Por meio desse fato, a autora expõe questões típicas de uma sociedade que é regida pelas objeções morais com relação ao homem e à mulher. Wickham é considerado um devasso por ter uma vida desregrada e ter fugido com Lydia e, além disso, não demonstrar intenções de casar. Esta torna-se para a família uma inconsequente, mas também uma vítima das más intenções do seu “algoz”. Vilão ou vítima, ambos se tornam alvo de crítica da sociedade. O privado toma uma dimensão de público, de tal forma que a atitude de Lydia pode comprometer a sorte das demais irmãs, já que podem não ser mais quistas pelos futuros pretendentes.

Para abrandar as críticas é preciso que a cerimônia matrimonial aconteça o mais breve possível. O casamento símbolo da união indissolúvel entre Cristo e a igreja é a forma mais eficaz de dissolver este mal-entendido. Porém o desejo dos pais só pode se concretizar, de fato, se Wickham estiver de acordo com o que a família propõe. Em uma sociedade em que a soberania do ser masculino é evidente, torna-se natural que o mesmo faça escolhas que condigam com os seus interesses pessoais ainda que seja em detrimento da mulher. Mais uma vez a narrativa faz especulações sobre o casamento por interesses econômicos, sendo que na perspectiva do homem.

Três capítulos do terceiro volume são dedicados a deixar clara a situação financeira da personagem Wickham e gradativamente o leitor toma consciência de que o interesse dele é adquirir ascensão social por meio do casamento. O fato de a



personagem Lydia não ter muitas posses pode indicar um empecilho para a concretização do matrimônio, pois Wickham, ainda que não tenha boa índole, sente-se no direito de escolher a mulher com quem quer casar. Por ser homem, a sua situação é muito mais cômoda. Ela, por ter fugido com ele, compromete a sua moral e a de toda a família. O seu futuro encontra-se nas mãos de um único homem: casando-se, abrandará a fúria da sociedade que não admite os “erros” da mulher, todavia será subjugada a esse homem que em nenhum momento, aos olhos da família, parece amá-la; caso ele não aceite o matrimônio, ela será condenada a não mais casar-se, pois a perda da virgindade só é vista como uma experiência sem importância se passar pela virtude do sacramento. É preciso que haja uma cerimônia pomposa para que essa experiência sexual vivenciada pela jovem adquira um valor moral e religioso.

Ao enfatizar a preocupação da família com relação à situação da personagem Lydia, Jane Austen demonstra mais uma sanção social imposta à mulher, a castidade. Após a fuga de Lydia, toda família se mobiliza para capturá-la e salvar a sua honra por meio do casamento, do contrário ela estará perdida diante da sociedade. Esta é mais uma temática abordada no romance que ilustra o enclausuramento imposto à mulher. Ao perder a virgindade a mulher torna-se um objeto em desuso, impossibilitada de se casar será encerrada em um convento ou viverá de favor na casa de um parente próximo. Nas considerações de Ian Watt sobre as várias razões pelas quais houve a valorização da castidade feminina antes do casamento, observamos: “Na história da humanidade a severidade no tocante às relações sexuais tende a coincidir com a crescente importância da propriedade privada – a mulher deve ser casta para que o marido tenha certeza de que seu herdeiro será mesmo seu filho” (2007, p. 138). Percebe-se, portanto, que a escritora não se limita apenas a discutir o casamento como única alternativa para o futuro da



mulher, mas também várias temáticas que tiram a sua liberdade de escolha e que estão atreladas à uma cultura tradicional.

Diferente da mulher que é cerceada de todas as formas a ascender socialmente por meio do seu trabalho, alguns homens desse período tornam o matrimônio uma espécie de meio de vida. E, depois de casada, a mulher ainda deve prestar-lhe serviços, satisfazendo suas necessidades sexuais e cuidando do lar. Ele, como já mencionamos acima, deve sustentá-la economicamente. O casamento é para ambos os cônjuges “a um tempo um encargo e um benefício, mas não há simetria nas situações; para as jovens, o casamento é o único meio de se integrarem na coletividade e, se ficam solteiras tornam-se socialmente resíduos” (BEAUVOIR, 2009, p. 549).

Embora grande parte da narrativa traga a discussão sobre o casamento como um meio de sobrevivência para a mulher e, muitas vezes uma forma de ascensão para o homem, as personagens Elizabeth e Jane fazem um percurso diferente, não demonstram intenções do casamento por interesses financeiros. É fato que ambas se apaixonam por homens de muitas posses e, inclusive, casam-se com eles, o que dá à obra um caráter de não ruptura total com a estrutura social vigente. Entretanto, por fazer uma discussão de gênero sobre o papel da mulher, trazendo personagens femininas de várias gerações com perspectivas diferentes sobre o casamento, a autora dá originalidade para a narrativa.

O romance em estudo demonstra através do embate das vozes femininas o papel que a mulher deve exercer na sociedade. Essas vozes nos colocam na senda das discussões de Mikhail Bakhtin que defende a ideia do romance como a estética da voz e a arena do discurso. A grandeza do romance enquanto gênero são as vozes que este engendra, já que essas vozes representam uma coletividade. Para o teórico,



O romance é uma diversidade social de linguagens organizadas artisticamente, às vezes de línguas e de vozes individuais. [...] E é graças a este plurilinguismo social e ao crescimento em seu solo de vozes diferentes que o romance orquestra todos os seus temas, todo seu mundo objetual, semântico, figurativo e expressivo. O discurso do autor, os discursos dos narradores, os gêneros intercalados, os discursos das personagens não passam de unidades básicas de composição com a ajuda das quais o plurilinguismo se introduz no romance. Cada um deles admite uma variedade de vozes sociais e de diferentes ligações e correlações (BAKHTIN, 2010, p. 75-75).

As vozes sociais perpassam a narrativa, deixando claro o que pensa cada personagem e, por vezes deixando implícitas as críticas da escritora. Damos destaque à personagem Elizabeth ou Eliza – como é carinhosamente conhecida entre os amigos – por ser a voz que destoa na narrativa. Não há nela a preocupação excessiva em se casar ou em tornar-se a mulher prendada perfeita que todos esperam. Encontramos um indicativo dessa perspectiva quando a senhorita Charlotte, amiga de Elizabeth Bennet e Jane, repreende esta por, em um determinado momento do baile, não ter demonstrado para o senhor Bingley que estava interessada nele, pois para ela “é uma desvantagem ser tão reservada” e diz mais: “[...] Em nove de cada dez casos, é melhor que a mulher mostre mais afeição do que sente” (AUSTEN, 2011, p. 125). Elizabeth não concorda com a amiga e responde: “Seu plano seria bom se não houvesse em questão outra coisa além do desejo de ser bem casada; e se eu estivesse resolvida a arranjar um marido rico, ou qualquer marido, devo dizer que o adotaria” (p. 125).

Quando Elizabeth discorda de Darcy quanto ao ideal de mulher prendada, a personagem senhorita Bingley, que demonstra interesse em Darcy, fica consternada e a repreende por ter contestado o ponto de vista do amigo: “[...] você é uma dessas mocinhas que procuram se destacar aos olhos do sexo oposto subestimando o próprio; e com muitos homens, ousou dizer, isso funciona. Mas, na minha opinião, é um recurso vil, uma artimanha bastante mesquinha” (AUSTEN, 2011, p. 145). As



perspectivas das mulheres com relação às próprias mulheres devem coincidir com a dos homens, se pensam diferente são censuradas. É preciso agradá-los para assim merecê-los.

Essas discussões são abordadas também entre as personagens pertencentes a classes sociais diferentes. A exemplo, temos o diálogo entre lady Catherine de Bourgh – representação da aristocracia e de toda a sua vaidade – e Eliza. A aristocrata fica sabendo que o sobrinho Darcy, o milionário, ficara noivo de Eliza, e resolve humilhá-la para que Elizabeth desista do casamento com Darcy, pois lady Catherine pretende que o sobrinho se case com a sua filha Anne. Após revelar para Elizabeth que estava indignada com os boatos de noivado entre ambos, ela argumenta que a união da filha e do sobrinho já estava predestinada desde o berço deles por ela e pela mãe dele. Depois de aventar todas as impossibilidades para a realização do casamento entre Eliza e Darcy, percebendo que não fora convincente, lady Catherine passa a humilhá-la: “[...] o casamento deles, não há de ser impedido por uma moça de origem inferior, sem importância no mundo e sem nenhuma relação com a nossa família! [...]” (AUSTEN, 2011, p. 493).

É visível a crítica da autora aos costumes da sua época. Lady Catherine de Bourgh torna-se a personagem que representa a mediocridade de algumas aristocratas que apreciam a diferença de classes sociais. Enquanto que Elizabeth elucida uma nova forma de pensar o casamento e as convenções sociais de um período que vivencia uma avalanche de mudanças na Inglaterra. Eliza torna-se, portanto, a representação de uma mulher que está em desajuste com o que lhe é imposto, recusa-se ao casamento por interesses econômicos.

As ações e diálogos das personagens elucidam pontos de vista com relação à condição da mulher. Os argumentos vêm carregados de uma ideologia que se pretende incontestável. Prova disso é que a maioria das personagens traz consigo a necessidade de reafirmar o que está posto. Porém Elizabeth, contesta, age como uma



mulher livre, toma suas próprias decisões ainda que contrarie a vontade da mãe e possa prejudicar o seu próprio futuro. Quando Willians Collins – o herdeiro do seu pai – a pede em casamento, ela não aceita, mesmo sabendo que se aceitasse preservaria a herança entre os seus familiares. Darcy, um herdeiro de grandes fortunas, também a pede em casamento, mas, por achá-lo muito orgulhoso e preconceituoso, no primeiro momento, não aceita.

Sua atitude, diante de uma sociedade que tem como objetivo para a mulher o casamento, vem na contramão de tudo o que se espera do ser feminino nesse período. No entanto, ela também se casa com Darcy, mas não por interesse financeiro, seu casamento diferente do da amiga Charlotte dá indícios de que o matrimônio não se limita apenas a uma relação contratual, mas uma união estabelecida pelo afeto recíproco. Elizabeth, sutilmente subversiva, aponta para o surgimento de uma nova mulher na história do século XIX que está por vir.

O excesso de vozes, por meio das personagens femininas, sugere a necessidade de trazer à luz as várias formas de cerceamento à mulher, que as impede de qualquer passo para uma vida autônoma. É principalmente nos discursos das personagens femininas que se evidencia a ideologia hegemônica masculina. Quando Elizabeth vai à casa de Bingley, para visitar a irmã Jane que está doente, a preocupação com a irmã a faz sair de casa a pé. Ao chegar à casa da família Bingley toda suja e enlameada, as mulheres da família demonstraram surpresa: “– Que houvesse caminhado três milhas ainda tão cedo, naquele tempo ruim, e sozinha, era algo quase incrível para a senhora Hurst e a senhorita Bingley; e Elizabeth se convenceu de que elas passaram a desprezá-la por isso” (AUSTEN, 2011, p. 137). Qualquer mulher “bem-educada” que demonstre uma certa autonomia é criticada pelas próprias mulheres, pois ao ser feminino é permitido apenas viver na permanente subserviência, não se admite que tenham iniciativa própria ou demonstre qualquer ato de liberdade. Suas ações devem limitar-se apenas a prepararem-se para



ser uma exímia dona de casa, quanto menos forem encorajadas a afirmar-se como sujeito, a demonstrar autonomia, mais garantido estará o seu futuro.

Isso é esboçado ainda quando Elizabeth vai à casa de lady Catherine, e esta senhora fica indignada quando Eliza revela que não sabe desenhar e que não fora criada com governanta. Ao que lady Catherine de Bourgh responde: “Então quem lhes ensinou? Quem cuidava de vocês? Sem governanta, sua educação deve ter sido negligente” (p. 286). É inadmissível para uma aristocrata que as mulheres sejam educadas sem o auxílio de uma governante. Isso se constitui uma falha para as moças que devem ser preparadas para serem desejadas pelos rapazes.

Considerando a multiplicidade de vozes na narrativa, podemos inferir que, por meio do romance, a escritora tende a suscitar uma discussão sobre o papel imposto à mulher na sociedade de decisões hegemonicamente masculinas. De acordo com o teórico Mikhail Bakhtin o plurilinguismo no romance é a expressão de várias ideologias sociais e históricas que se organizam em um sistema estilístico harmonioso, expressa “a posição sócio – ideológica *diferenciada* do autor no seio dos diferentes discursos da sua época” (2010, p. 106. Grifo do autor). É evidente o ponto de vista da autora Jane Austen com relação às limitações da mulher na sociedade patriarcal, porém as personagens femininas em *Orgulho e Preconceito* não fogem à regra do casamento. Elizabeth, a protagonista do romance, embora demonstre autenticidade em suas atitudes, se casa, o que parece contradizer as suas ações. Talvez porque o objetivo da autora fosse apenas elucidar essa diferença marcante entre o papel da mulher e do homem e assim suscitar uma reflexão em seus leitores.

Nessa perspectiva, podemos considerar que Elizabeth torna-se uma grande heroína para a época, visto que contesta as normas vigentes e impõe suas ideias. Seus argumentos são convincentes e persuasivos. Retomamos ainda as reflexões de Bakhtin que, ao fazer ponderações sobre a importância do argumento no romance, afirma: “o argumento do romance serve para a representação dos sujeitos falantes e



de seus universos ideológicos. No romance realiza-se o reconhecimento de sua linguagem numa linguagem do outro, o reconhecimento de sua própria visão na visão de mundo do outro” (2010, p. 162). Os sujeitos representados no romance apresentam os universos ideológicos de uma época e a necessidade de alterá-lo.

O romance perpassa por várias classes sociais e a ideologia de gênero se insere em grande parte das camadas da sociedade desse período. Estruturado em três volumes, sendo que no primeiro já temos clara a ênfase no casamento como única saída para a mulher de classe média que pretende manter-se em seu *status quo* e ser integrada à sociedade, ainda que como sujeito de um homem. No segundo, há a consolidação do casamento de Collins com Charlotte. Esta se casa por interesses econômicos e para evitar a solidão de solteirona no futuro, pois já está passando da idade de casar e, segundo ela “era a única saída honrada para mulheres bem-educadas de poucos recursos [...]” (AUSTEN, 2011, p. 238). O terceiro volume enfatiza a ausência de qualquer oportunidade para a mulher, caso ela fuja com o homem por quem está apaixonada e este não demonstre intenções de casar. Já o desfecho da narrativa se dá com o casamento romântico, uma vez que Elizabeth e Jane casam-se por amor.

Considerando que, segundo Bakhtin, “o poder do romance sobre a experiência privada influenciou em muito as expectativas e aspirações da consciência moderna” (2010, p. 178), é possível que o romance aqui em estudo tenha também cumprido essa função, dado o fato de que, embora sutilmente, a autora coloca em xeque uma estrutura social que se pretende incontestável e indissolúvel. É importante ainda frisar que a autora teve uma educação mais libertária, diferente de várias mulheres do seu tempo e, certamente, por ter vivido essa experiência, visa a uma mudança de comportamento também por parte das outras mulheres. A autora, por meio da personagem Elizabeth, intenta para uma discussão da condição da mulher, sinalizando para um novo olhar que ultrapassa a ideia de casamento como única



alternativa para o gênero feminino. Embora a narrativa seja a configuração do casamento antes do casamento em si, é visível o desconforto da escritora a esta ideologia que intensifica as diferenças sexuais.

Referências

- ASSIS, Machado. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. 1. ed. São Paulo: Media-fashion, 2016.
- AUSTEN, Jane. **Orgulho e Preconceito**. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética: A teoria do romance**. 6 ed. Tradução: Aurora Fornoni Bernardini & outros. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo**. 2. ed. Tradução Sérgio Milliet. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.
- DOSTOIEVSKI, Fiódor. **Memórias do subsolo**. Tradução Boris Schnaiderman. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- FLAUBERT, Gustavo. **Madame Bovary: costumes de província**. Tradução Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.
- HOMERO. **Iliada**. Tradução Manoel Odorico Mendes. 2009. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/iliadap.pdf>>. Acesso em 05.03.2018.
- CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de La Mancha**. Tradução Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2003.
- TODOROV, Tzvetan. Notas de um Subterrâneo. 1 ed. In: _____. **Os gêneros do discurso**. Tradução Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- WATT, Ian P. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. Tradução Hieldegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe**. Tradução Mario Pontes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.